



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE VIAÇÃO E TRANSPORTES

REQUERIMENTO Nº , DE 2012

(Do Sr. Júlio Campos)

Requer a realização de Audiência Pública, para se tratar de questões que afetam os deficientes visuais na qualidade de usuários do transporte público, devendo ser encaminhado convite ao Presidente da ANTT e Ministra da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República.

Senhor Presidente:

Requeiro, com fundamento no art. 255 do Regimento Interno, ouvido o Plenário desta Comissão, seja promovida reunião de audiência pública para se tratar dos problemas que afetam os deficientes visuais na qualidade de usuários do transporte público, bem como das formas de equacioná-los.

JUSTIFICAÇÃO

A razão desse nosso Requerimento prende-se ao fato de que os deficientes visuais continuam a ter sua mobilidade e acessibilidade prejudicadas quando tentam fazer uso do transporte público. Isso precisa ser devidamente discutido em Audiência Pública da Comissão de Viação e Transportes, pois constitui um problema que merece ser solucionado com presteza. Nosso País ainda não tem dado a devida atenção ou solução para



CÂMARA DOS DEPUTADOS

suprir as necessidades dessa faixa de consumidores desse serviço público essencial.

Sabemos que em diversos países muitos dos obstáculos enfrentados pelos deficientes visuais em sua mobilidade ou acessibilidade já são superados com a adoção de soluções simples tais como a diferenciação na textura do piso, para facilitar o seu direcionamento às plataformas de acesso ao transporte; a reserva de lugares nos veículos, para a acomodação de seus cães-guias; ou o uso de tecnologias apropriadas que permitam aos deficientes perceberem onde se encontram ou aonde devam dirigir-se.

Por que os cegos com seus cães-guias ainda encontram tanta resistência em serem aceitos no transporte público urbano? Quais instrumentos ou mecanismos necessitariam ser viabilizados para que empresas ou municipalidades possam garantir os meios que facilitem a mobilidade e acessibilidade dos deficientes visuais?

Para uma abordagem atualizada das questões que envolvem essa matéria, esperamos possa ser realizada a audiência pública que propomos.

Sala da Comissão, em de de 2012.

Deputado JÚLIO CAMPOS